



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Ana Paula Correia da Silva

**Relatos de experiências discentes e docentes:  
O livro didático na alfabetização**

São Gonçalo  
2010

Ana Paula Correia da Silva

**Relatos de experiências discentes e docentes:**

**O livro didático na alfabetização**

Monografia submetida ao corpo docente do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção da Graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Doutora Inês Ferreira de Souza Bragança, São Gonçalo, 2010.

## **Relatos de experiências discentes e docentes:**

### **O livro didático na alfabetização**

Monografia submetida ao corpo docente do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção da Graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Profª Drª Inês Ferreira de Souza Bragança

Orientadora

---

Profª Drª Lúcia Velloso Maurício

Parecerista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO – O livro didático em sala de aula – relato autobiográfico .....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Um Pouco de História.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2 – Trajetória Política do livro didático.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 3 – Relatos de experiências discentes e docentes.....</b>	<b>27</b>
3.1 - Sobre a metodologia.....	29
3.2 - Relatos de experiências discentes.....	31
3.3 - Relatos de experiências docentes.....	35
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>39</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>40</b>

*Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que  
as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia  
impossível*

**Charles Chaplin**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer implica reconhecer o quão dependente somos uns dos outros e que, na verdade, não fazemos nada sozinhos, mesmo porque não estamos sós no mundo!

**Ao Único Deus**, que me conduz por onde quer que eu esteja, e foi Ele mesmo quem me permitiu chegar até aqui.

**À minha família**, que esteve me acompanhando durante esta trajetória difícil.

**Aos amigos** que passaram e aos que permanecem, todos que, de alguma forma, me incentivaram neste percurso.

**Aos entrevistados** e aos que contribuíram com os relatos, e mesmo aqueles que não estão aqui apresentados, mas que contribuíram para a construção deste trabalho.

**À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Inês Bragança** pela confiança e estímulo.

**Aos professores de graduação**, que participam desta produção através de textos, discussões, reflexões... Afinal a presente pesquisa é, na verdade, resultado de um longo caminho percorrido.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a presença do livro no primeiro ano a partir de relatos de experiências discentes no que se refere à alfabetização, observando suas referências ao livro didático e suas relações com o mesmo, além de considerar, também, narrativas de professores/as que atuam ou que já atuaram na alfabetização com o olhar voltado, especificamente, ao material didático em questão. Focalizo, assim, as seguintes questões: Como o aluno enxerga e compreende o livro didático? Qual será sua importância reconhecida a este material tão próximo e tão participante de sua formação? Acredito que falar sobre o livro didático é um desafio constante para os professores e pesquisadores atuantes na educação de um modo geral, mas considero ainda mais desafiador ao se tratar de turmas de alfabetização. A cartilha continua sendo um recurso bastante utilizado, e muito embora com nome modificado para o livro didático, sua estrutura ainda apresenta o mesmo formato. Não importando a nomenclatura, o objetivo aqui é refletir sobre o lugar deste para alunos e professores, privilegiando olhares diferenciados que apresentam experiências sobre a relação com o livro didático no primeiro ano de escolaridade.

**Palavras – chave:** Alfabetização; Livro Didático; Experiência; Sala de aula.

## INTRODUÇÃO

### O livro didático em sala de aula – relato autobiográfico

Acredito que falar sobre o livro didático sempre foi um desafio para todo professor/a, no meu caso, especificamente, considero um desafio ainda maior por se tratar da aplicação ou utilização deste em sala de aula.

Sempre me questioneei sobre a utilização dos livros, penso que esta sempre foi e ainda continua sendo uma grande dificuldade na minha prática docente, talvez porque minhas experiências ainda não tenham sido melhores. Digo “ainda” por ter a fria ou ainda que distante esperança de um dia chegar a utilizar este recurso didático de uma forma muito mais significativa e proveitosa com os/as meus alunos/as. Será isso algo possível?

Logo que iniciei minha carreira no magistério, em 2001, deparei-me com um grande desafio. Fui convidada para atuar em uma turma de Educação Infantil, no segundo semestre, e, ao conversar com a direção e coordenação sobre as aulas e a proposta da escola, entendi que, naquele momento, mais importante era levar os pequenos a realizar as quase 90% das atividades que estavam propostas no livro, uma vez que a professora anterior não o havia feito, considerando ainda que o mesmo era totalmente consumível e por se tratar de crianças de Educação Infantil dependiam bastante da interferência da professora.

Nesse caso, era extremamente importante a utilização do livro já que os pais investiram financeiramente neste material confiando na escolha feita pela escola e era uma responsabilidade da mesma, afinal ninguém escolheria algo que não contribuísse para o crescimento do alunado. Assim, cabia à escola valorizar a opção que fizera.

É claro que, nessa altura, eu nem me interessei em saber como fora feita essa escolha e nem pensava na possibilidade de ser crítica. O fato é que, apesar de estar muito empolgada com meu primeiro emprego, estava apreensiva principalmente em ter que dar conta de um inesperado! Às vezes chego a pensar que esta situação me causou um certo trauma...



Só para descrever como eram as minhas aulas nessa primeira experiência, posso reduzi-las a uma rotina de muita correria, pouca brincadeira, tudo muito cansativo, afinal, tinha que dar conta do livro em, aproximadamente, quatro meses e as aulas eram praticamente voltadas a utilização do livro didático. Com isso os alunos, muitas vezes, nem entendiam o que estava sendo proposto e realizavam as atividades mecanicamente. Acho que se sentiam cansados, pois estas atividades não faziam parte da realidade da criança.

Foi uma experiência e tanto, logo de primeira! Em outros tempos diria que foi uma experiência ruim, mas penso (hoje!) como algo que me fez refletir, causando-me inquietação, algo que não apenas passou por mim, mas que me aconteceu e tocou, tal como me ensinou Larrosa (2002) no texto “Notas sobre experiência e saberes sobre experiência”.

“A experiência é o que nos passa, que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.”  
(2002, p.21)

Sobrevivi então à primeira (de fato) experiência docente!

Em 2002 tive a oportunidade de atuar em outra escola da rede privada, dessa vez em turma de 3ª série do Ensino Fundamental (considerando que a escola seguia o sistema de seriação, hoje entendido como 4º ano do 1º ciclo). Ingressei no final de março e, logicamente, os livros, que seriam utilizados naquele ano, já haviam sido escolhidos no final do ano anterior.

Mas não chegou ser tão assustador, uma vez que, mesmo um pouco atrasada, ainda estava no início das atividades letivas (neste caso 1º bimestre), o que me proporcionava um planejamento das aulas tendo o livro como um material didático que poderia "participar" das aulas.

Até então, considerava o livro como sendo um material importantíssimo e até certo ponto indispensável e norteador dos meus planejamentos e, conseqüentemente, das aulas.

Minha surpresa foi negativamente grande ao perceber que os livros escolhidos não me pareciam agradáveis, pois as atividades eram complexas e a linguagem dos conteúdos apresentados não facilitava a utilização pelos alunos.

Iniciava, então, minha enorme dificuldade em utilizar os livros adotados de maneira enriquecedora, útil e indispensável, passando a ser um dificultador, pois a obrigatoriedade do uso diário do mesmo vinha a partir da cobrança (justa) dos pais, da coordenação e da direção da escola, afinal, fora feita uma escolha cuidadosa dos livros de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, não tinha como deixá-los de lado!

Mais um *trauma docente* (se é que existe este termo). Na verdade não é um termo inexistente, mas apenas não é utilizado, assim, acabo de (re) inventá-lo! Considerando *trauma docente* qualquer experiência (mas experiência de fato!) que tenha deixado o professor numa situação irremediável e extremamente apreensivo, mas principalmente sem possibilidade de mudança.

Voltando ao assunto...

Não sei que critérios basearam tais escolhas, mas o material estava lá e, aos "trancos e barrancos" consegui vencê-los no decorrer daquele ano letivo, mais uma vez, surpreendente para minha prática em sala de aula.

No ano seguinte, em 2003, ainda nesta escola, houve várias mudanças administrativas e pedagógicas, ocasionando meu remanejamento para uma turma de Educação Infantil.

Porém, não poderia deixar esta série sem antes escolher os livros que seriam utilizados no próximo ano, já que eu era a professora responsável pela respectiva série e a escola adotava esse critério (a professora do ano atual escolhia o livro do ano seguinte.). Sendo assim, dessa vez, era minha a responsabilidade, contando ainda que só tinha uma única turma de 3ª série, ou seja, não havia uma outra professora para contribuir com a escolha, apenas a coordenação poderia me auxiliar.

Como era feita essa escolha?

No final do ano, várias editoras enviavam livros para a escola e tínhamos as opções apresentadas para, então, escolher que livro seria utilizado. Tal escolha foi baseada em objetivos ou características de cada professor, com a mediação da coordenação, nada muito coletivo.

Neste momento, as orientações que obtive durante a minha formação eram mínimas para a realização daquela tarefa no que diz respeito aos critérios importantes à escolha, então, fui me baseando em um ideal um tanto particular, até porque, como já foi pontuado, não tinha outra professora da mesma série que pudesse contribuir nesta tarefa um tanto quanto difícil.

Mas o meu objetivo era que a professora que fosse atuar no ano seguinte gostasse do livro e que ele realmente fosse um instrumento facilitador no processo de ensino/aprendizagem da turma. Apesar de estar encantada com tantos livros bonitos, novinhos e que pareciam maravilhosos, tinha que me concentrar numa escolha objetiva e consciente que atendessem a realidade da escola naquele momento.

Tarefa cumprida, a escolha foi realizada!

Enquanto o Ensino Fundamental estava preocupado em escolher o livro para o próximo ano letivo, a Educação Infantil adotava uma metodologia bastante diferenciada na qual o livro não era um material primordial e diretivo para o acontecimento das aulas, valorizando, assim, a produção do aluno. Era uma tentativa de práticas construtivistas que estava começando a ser implantadas na escola, de forma gradativa iniciando-se pela Educação Infantil.

Nem preciso dizer que durante o ano de 2003 respirei com alívio, afinal não precisava dar conta da utilização (completa) do livro didático, uma vez que o material era produzido a partir dos alunos, de acordo com suas necessidades e interesses, assim, as atividades e conseqüentemente as aulas tinham outra performance.

Entre nós professores, coordenação e direção estava tudo bem combinado e aceito, porém tinha um outro grupo que, inicialmente, não parecia muito satisfeito com a novidade: os pais. Apesar de ser uma economia bastante considerável na lista de materiais, era o LIVRO que estava sendo eliminado, ou seja, algo bastante enraizado na vida escolar não apenas dos alunos, mas, principalmente, na mentalidade dos pais. Assim, como solução para essa problemática, a escola promoveu uma reunião a fim de esclarecer e explicar sobre essa prática que era novidade na escola e que, no final, proporcionou um ótimo trabalho ao longo do ano a partir da compreensão dos pais.

Em 2004, já em outra escola de Educação Infantil, a não utilização do livro era algo absolutamente normal, pois além de se tratar de outra realidade, era também uma característica da escola. Era uma proposta metodológica clara para a comunidade que freqüentava. Vale ressaltar que, a partir de 2007/2008, a referida escola propôs a organização de um livro didático construído pelos próprios alunos durante o ano letivo, objetivando a construção de um material que tivesse a “cara” da escola, partido da realidade e necessidade dos alunos.

Nos últimos três anos, venho atuando na rede municipal de ensino de Niterói, sempre com turmas de 1º ano do 1º ciclo (alfabetização).

Em se tratando de rede pública de ensino, os procedimentos para a escolha dos livros são bem diferenciados, pois perpassa por uma política governamental já instituída que rege esse procedimento de um modo bem generalizado.

Em 2005, ao ingressar na rede, o livro que seria utilizado durante o ano já havia sido escolhido, uma cartilha cujas atividades eram um tanto precárias e, ao mesmo tempo, complexas, uma vez que, para grande maioria dos/as alunos/as, este era o primeiro ano na escola e em quase todos os casos era também a primeira vez que tinham contato com o livro.

Todos ganharam o livro e eu fiz o possível para utilizá-lo ao máximo, mas não foi possível fazê-lo totalmente! Foi um pouco difícil para compreender de primeira a realidade deles, que era bem diferente da que eu estava acostumada a lidar.

Já em 2006, em outra escola ainda da rede de Niterói, não tinha livro para todos os alunos e, então, optei que minha turma não o utilizasse e, assim, ficaria mais à vontade para trabalhar com os alunos. Era na verdade minha válvula de escape!

Daí os pais dos alunos vieram questionar a não utilização do livro, até porque as outras turmas tinham e para eles a ausência do livro iria debilitar o aprendizado das crianças. Foi um pouco difícil, até porque não é comum nessa escola a não utilização do livro e, principalmente, porque a direção e a coordenação da escola não mostraram a situação aos pais logo no início com uma reunião a fim de não dificultar o andamento do trabalho. Sendo assim, eu que tive que, aos poucos, explicar aos pais sobre a decisão tomada. Foi difícil, até que eles entendessem, mas acho que, na verdade, não entenderam, aceitaram sem opção, prova disso é que ficaram durante o ano “pegando no meu pé” e sempre fazendo seus questionamentos e desgosto pela falta do livro.

Ao final de 2006, já era o período estipulado pelo governo para a escolha dos livros que seriam utilizados nos próximos três anos, conforme o regulamento governamental.

De acordo com as regras estabelecidas, recebemos, então, uma lista de possibilidades para escolher, sabendo que o livro escolhido poderia não ser enviado por motivos externos à escola e que não vale explicitá-los aqui. Independente das condições e possibilidades fizemos o que nos fora solicitado, e, assim, cada ano de escolaridade se reuniu para escolher os livros.

Desta vez, a escolha foi diferenciada uma vez que eu já sabia os critérios a serem observados nos livros através de pesquisas e estudos acadêmicos, além de poder contar com auxílio de mais duas professoras atuantes no mesmo ano de escolaridade.

Porém, como nem tudo na vida é perfeito... A qualidade dos livros não apresentou grandes mudanças! Continuavam precários e não atendiam às nossas expectativas, escolhemos então os que fossem mais próximos de nosso ideal (embora distante!).

No ano de 2007, então, com a chegada dos novos livros, atenderam ao que foi solicitado, tinha livro para todos e o trabalho foi iniciado. Quanto à aprendizagem, eu, particularmente, não achei que o livro tenha influenciado de modo positivo ou negativo, na verdade, penso que não fizera diferença, até porque eu confesso que optava muitas vezes em não utilizá-lo. Fazia-o apenas pela cobrança dos pais, uma vez que o livro era bastante complicado de ser utilizado pelos alunos, pois ao mesmo tempo em que suas atividades eram precárias eram também complexas e dificultava os alunos para realização das tarefas. Eu utilizava mais como fixação dos conteúdos já apresentados, mas sem o compromisso e obrigação de utilizá-lo por completo.

Vale lembrar que os alunos que entraram depois do início do ano letivo não receberam o livro, o que também passou a ser um aspecto inevitavelmente dificultador durante as aulas. Isso aconteceu porque a quantidade de livros solicitada foi baseada no quantitativo de alunos que ingressaram no início do ano, sem contar com a possibilidade da chegada de novos alunos.

A partir dessa experiência pessoal, considero muito valiosa uma reflexão sobre o uso do livro didático, uma vez que este continua trazendo uma certa ansiedade para minha atuação em sala de aula.

Minha experiência na docência já percorre um caminho de nove anos. Inicialmente em instituições privadas com turmas de Educação Infantil e, atualmente, em turmas de Ensino Fundamental na rede pública de ensino no município de Niterói.

Ao longo destes anos sempre me deparei com o conflito de como utilizar o livro didático nas séries iniciais uma vez que faz parte da metodologia de ensino nas turmas de todo o Primeiro Segmento.

Muitas vezes não é possível enxergar o livro como instrumento significativo para o aluno, pois, ao que parece, são, em sua maioria, impostos como material didático insubstituível e obrigatório nas escolas de um modo geral seja para atender uma preferência do público atingido, no caso das escolas privadas, ou por uma política adotada nas escolas públicas. Ainda existem escolas onde o livro didático é o único recurso utilizado no planejamento das aulas e, mesmo assim, muitos professores não o utilizam na íntegra.

Um dos artigos apresentados na Revista Brasileira de Educação de 2005 trouxe uma pesquisa muito interessante realizada com professores de Belo Horizonte, MG, e, de acordo com o trabalho desenvolvido, a maioria dos professores afirmaram adotar o livro como instrumento alfabetizador, porém muitos destes fazem uso apenas ocasionalmente. (BECKER, 1992)

Não que o livro seja de todo ruim ou totalmente bom, mas é preciso observar alguns aspectos para uma utilização proveitosa e construtiva tanto para alunos como para professores. “O uso deste material deve ser problematizado a partir de sua função como texto alfabetizador”, como propõe Pérez (2008, p.120).

E questiono: *Como o aluno enxerga e compreende o livro didático? Qual a importância atribuída a este material tão próximo e tão significativo em sua formação?*

Assim, o presente trabalho tem como objetivo *refletir sobre a presença do livro no primeiro ano a partir de relatos de experiências discentes no que se refere à alfabetização, observando suas referências ao livro didático e suas relações com o mesmo, além de considerar algumas falas e opiniões de professores/as que atuam ou que já atuaram na alfabetização com o olhar voltado, especificamente, ao material didático em questão.*

Inicialmente abordarei a historicidade do livro didático no Brasil, bem como o surgimento das primeiras cartilhas e a significação do ensino das primeiras letras no início da história da educação do Brasil.

Considerando que as experiências compartilhadas tenham ocorrido em espaço público, mas especialmente nas classes populares, penso que seja necessário compreender o sistema que rege a instauração e utilização do livro didático no ensino público. Desse modo, no segundo capítulo, apresento um breve histórico da política governamental chamada Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e suas principais influências no ensino de um modo bem abrangente, não específico à alfabetização, uma vez que este programa é norteador de todo o sistema de ensino público brasileiro.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresento dois relatos discentes observando não apenas o livro didático, mas outros fatores envolvidos no processo alfabetizador e que de alguma forma estão inseridos na relação do aluno com o livro, destacando, assim, aspectos como a afetividade que envolve o estar na escola, a importância atribuída ao cuidado e conservação do material escolar, as práticas lúdicas que participam ou não deste processo inicial da aquisição da leitura e da escrita e que estão inseridos numa prática compreendida como tradicional, observando ainda de que modo a alfabetização contribuiu para a formação posterior na vida dos participantes.

Considero, ainda no terceiro capítulo, falas docentes relacionadas ao uso (ou não) do livro no primeiro ano de escolaridade, observando as variadas opiniões e preocupações do/a professor/a diante do material apresentado.

Assim, as participações discentes e docentes, neste capítulo, objetivam promover uma reflexão sobre o livro didático no primeiro ano de escolaridade, observando os aspectos mais comuns e os que, muitas vezes, passam despercebidos, possibilitando-nos, então, um olhar diferenciado sob o livro didático para alunos e professores.

## CAPÍTULO 1: Um Pouco de História

Falar sobre a utilização do livro didático nas séries iniciais do Ensino Fundamental é sinônimo de intermináveis discussões reflexivas muito presentes na atualidade. No que se refere ao primeiro ano de escolaridade logo imaginamos aquelas tradicionais cartilhas que, inicialmente, eram os únicos ou principais materiais utilizados no processo de aquisição (por parte dos alunos) e ensino (por parte dos professores) da leitura e da escrita.

Mesmo diante de muita recusa, este material didático continua sendo um forte aliado das práticas docentes. Observa-se que as reflexões desenvolvidas têm trazido transformações e novos modelos de livro didático a fim de atender e/ou agradar os posicionamentos atuais possibilitando maior dificuldade ou até mesmo acomodação diante da tentativa de não utilizá-lo.

Mas, se observarmos a história, veremos que não foi sempre assim.

Segundo estudos desenvolvidos por Carmen Perez (2008), há “pelo menos cinco séculos a alfabetização ocorria sem o uso de cartilhas.” Então como era a alfabetização nestes tempos? Será a alfabetização tão recente como os livros didáticos?

Na verdade, a referida autora pontua que

*o significado dos usos e as convenções da alfabetização variam no tempo (diferentes momentos históricos engendram diferentes práticas de leitura e de escrita) e no espaço (cada sociedade produz/difundi uma diversidade de equipamentos que serviram de base a alfabetização) (2006, p.104)*

Nesse sentido, podemos compreender que a alfabetização passou e ainda perpassa por modificações a partir de influências histórico-sociais.

Para compreender essas influências e variações nos diferentes âmbitos sociais é importante apresentar alguns aspectos da chamada “alfabetização prática”, assim chamada por Peter Burke (1997), citado por Carmen Perez (2008) sobre quatro dimensões da alfabetização relacionadas a: 1. Negócios; 2. Família; 3. Igreja e 4. Estado.

1 – **Negócios:** Sabemos que durante os séculos XIV e XV a Itália concentrava grandes centros comerciais, assim os conhecimentos matemáticos e da escrita eram indispensáveis aos seus atuantes que em sua maioria estudavam em escolas específicas cujo objetivo era desenvolver e ensinar sobre a prática dos negócios.



Além de freqüentarem as escolas, os mercadores faziam uso de manuais que traziam orientações sobre como proceder diante das negociações. Ou seja, os livros eram, na verdade, manuais que existiam antes mesmo da invenção da imprensa. Já no séc. XIV estes circulavam entre os estudantes com informações de conversão de medidas e moedas além de orientações para o comércio. (PEREZ, 2008, p.105)

2 – **Família:** Ainda na Itália renascentista, atuavam três tipos de documentos familiares: as cartas notórias, que eram documentos de garantia de posse ou de herança; as cartas familiares, que tratavam de assuntos familiares de modo geral durante a ausência do chefe e ainda as cartas *ricordanze*, que eram uma espécie de registro de histórias das famílias bem como de uma sociedade. Esta última era também um material utilizado para ensinar a ler, através de leituras orais promovendo assim uma alfabetização de forma funcional. (PEREZ, 2008, p. 106)

3 – **Igreja:** Durante a Idade Média, participavam do clero apenas os que sabiam ler, estes, na verdade, decoravam missas e orações, tornando-se suficientemente capazes de desenvolver suas funções de ministrações das missas. A igreja, porém, preocupada com este perfil predominante de seus componentes, passou a incentivar a leitura de outras literaturas como forma de comprovar o saber ler, de fato, promovendo, assim, uma formação intelectual para o clero bem como futuros padres em formação.

Percebeu-se, então, que a população analfabeta trazia sérios e comprometedores problemas para a Igreja, visto que eram supersticiosos acreditando no poder da escrita como forma de comunicação com forças sobrenaturais, e isto precisava ser urgentemente solucionado. (PEREZ, 2008, p. 108)

Em contrapartida, a população alfabetizada, trazia uma ameaça a Igreja, com a possibilidade de perda dos seguidores, uma vez que o Protestantismo possibilitava a fácil circulação dos ensinamentos da Bíblia Sagrada e que contradiziam a Igreja da então Contra-Reforma.

A solução encontrada foi a criação de escolas cuja leitura e escrita eram ensinadas a partir de textos de histórias e orações com princípios e crenças da Igreja.

Além de que, o fato de saber ler e escrever concedia um certo domínio sobre o controle das crenças que era feito através das chamadas confissões e que dava aos alfabetizados a condição superior através das cartas de denúncia. (PEREZ, 2008)

4 – **Estado:** Este admitia funcionários analfabetos no quadro administrativo, mais especificamente os responsáveis por selar os documentos, garantindo assim o sigilo dos documentos produzidos.

No início da Idade Média, a escrita proporcionou a criação de documentos oficiais que permanecem até hoje (alguns com outras nomenclaturas), como: relatórios, censos, avisos públicos, passes e, mesmo diante de uma tentativa de inibição e crescimento de uma população alfabetizada, a escrita promoveu ainda uma nova forma de registro através de escritas nas paredes das ruas, grafites e cartazes que expressavam as opiniões sociais. (PEREZ, 2008, p. 111)

Como podemos observar, alfabetização apresenta diferentes variáveis no que se refere à sua função social. Enquanto nos negócios, visando o crescimento do comércio, caracterizava como alfabetizado o indivíduo que dominasse o cálculo, que era a base das trocas, e a escrita para os registros dos negócios, além da destacada valorização das memórias de uma sociedade, em que o registro e a leitura se colocavam como único meio. Já para a Igreja e para o Estado, a alfabetização significava uma ameaça, fazendo prevalecer o poderio sobre a sociedade e submissão dos indivíduos, ou seja, nada mais do que um controle social muito bem administrado.

Tais observações permitem perceber a ausência do livro para o ensino da leitura e escrita visto que no século XV os próprios estudantes produziam seus cadernos de textos, uma vez que os livros que eram, na verdade, manuais acessíveis apenas aos professores, com instruções de como ensinar além de ensinamentos a serem passados para os alunos.

Percebe-se claramente a figura totalitária do professor como sendo dono absoluto do saber, considerando que apenas este tinha o conhecimento e esta idéia parece fortalecida na proposta de posse do, então, manual. A troca dos saberes através da valorização do indivíduo bem como seus conhecimentos adquiridos socialmente, hoje reconhecida e discutida, não fazia parte do ensinar, prevalecendo, então, a escola como único espaço de produção e aquisição do conhecimento. Posso parecer iludida em pensar que atualmente não se compreende a escola como “o lugar” do conhecimento, mas, certamente, temos observado muitas discussões promovendo a

abertura deste pensamento, facilitando, assim, o processo de construção dos conhecimentos apresentados pelos alunos.

Apenas a partir de 1960 começa a se pensar no livro para o aluno, observando a necessidade do manuseio pelo próprio. Porém as modificações não foram tão significativas, permanecendo por longos anos com o perfil de manual para os alunos.

Como já foi pontuado, antes mesmo da invenção da imprensa os então “livros” já existiam, e no que se refere a alfabetização vieram através dos jesuítas com as “cartinhas”, posteriormente, chamadas de cartilhas.

Os jesuítas usavam as “cartinhas de aprender”, produzidas em Portugal e enviadas para o Brasil, visto que, por muitos anos, o Brasil não publicava livros. No início do século XV utilizavam-se as publicações enviadas pela imprensa portuguesa, pois até o ano de 1808 não eram permitidas publicações nacionais.

Estas cartilhas apresentavam em sua estrutura primeiramente a apresentação das letras do alfabeto, depois as famílias silábicas e, por último, pequenos textos catequistas escritos em português e em latim. Prevalecendo um molde estabelecido por níveis de dificuldade.

A ausência de estudos específicos impossibilita saber como os professores faziam uso deste manual, sabe-se apenas que era o único meio estabelecido para a aquisição das primeiras letras. Outra informação importante sobre a prática docente é que, no início do século XIV, os professores produziam seu próprio material, que eram cartazes com as letras do alfabeto escritas de várias formas com uma valorização da caligrafia e eram chamadas de “cartas do ABC”. Desse modo, no século XVIII, começaram a existir os primeiros recursos didáticos direcionados à alfabetização: quadro mural, contendo o alfabeto em sua forma maiúscula e minúscula, juntamente com pequenos livros impressos que apresentavam as lições.

O interessante é que, embora remota, a prática docente não é muito diferente das atuais. Que alfabetizador não tem em sua sala aula um cartaz com as letras do alfabeto? É claro que as formas são diferenciadas, hoje podemos ver estes cartazes impressos prontos e enviados como material complementar, ou ainda aqueles que são construídos pelos próprios alunos, ou mesmo os que ainda são confeccionados pelo próprio professor.

O fato é que desde sempre existiu uma preocupação do/a professor/a em possibilitar e facilitar o aprendizado do aluno mesmo com uma prática puramente tradicional que tem a ver com o uso do livro como única regra e manual de ensino.

No que se refere à produção das cartilhas, até meados do séc.XVII esta obedecia uma ordem gradual a partir de uma metodologia tradicional de soletração, posteriormente, denominada *silabação* que consiste, fundamentalmente em obedecer uma certa hierarquização, da letra ao texto, ou seja, da sílaba, à palavra, à frase, ao texto.

Nesses moldes, passou-se a relacionar conteúdos de acordo com a idade das crianças definindo-os como pré-requisito ao mesmo tempo que sistematizava o ensino através de um currículo, além de proporcionar os estudos sobre o desenvolvimento infantil, que trouxe reconhecida contribuição ao processo educativo a partir do século XIX com a o reconhecimento da Psicologia como ciência.

Vale salientar que a prioridade docente era a valorização da leitura, deixando de lado a produção escrita, considerando-a apenas a partir de cópias e ditados.

Somente na década de 1880, foi produzida a Cartilha Nacional por Hilário Ribeiro que sugeria um trabalho simultâneo da leitura e da escrita, esta teve nova edição em 1890, modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari, além de sucessivas edições até, pelo menos, meados da década de 1990.

Ainda na década de 1880, foi lançada a *Cartilha da Infância* de Thomaz Galhardo, baseada na silabação.

Enquanto a igreja católica, através dos jesuítas, dominava o método de soletração/silabação hoje chamados métodos sintéticos, nos países protestantes o que predominava eram métodos analíticos, cujo caminho a percorrer é justamente contrário ao até agora apresentado, ou seja, se no método sintético o caminho é das partes para o todo, no analítico o percurso é do todo para as partes. Assim, apenas em 1876 o Brasil passa a conhecer este novo método através da circulação da Cartilha Maternal de João de Deus Ramos.

As discussões educacionais que pairavam no Brasil em 1890, através das reformas da instrução pública apontavam para o método analítico como sendo o mais adequado para alfabetização, desencadeando em debates significativos entre os educadores. Estes, porém, não cederam ao novo método de ensino permanecendo com o tradicional método silábico (PEREZ, 2008).

Somente em 1907 foi Publicada e muito usada no Brasil, a Cartilha Analytica de Arnaldo Barreto como forma de “adesão” ao método analítico no Brasil. A despeito do nome, esta cartilha, na verdade, apresentava as duas formas: sintética e analítica.

Em 1927, a partir da Reforma Francisco Campos, foram destacadas as inovações metodológicas que desde 1906, com João Pinheiro já combatiam ao método de soletração, incentivando a publicação de materiais didáticos a partir do processo natural de desenvolvimento da criança.

Já em 1930, houve um considerável aumento na produção de cartilhas que misturavam os métodos analíticos e sintéticos, surgia, então, o chamado método misto. Estas traziam um manual com orientações, proporcionando uma certa estabilidade e segurança para o professor.

Segundo Perez, “nos últimos 125 anos, os métodos e as cartilhas direcionaram o processo de alfabetização nas escolas brasileiras” (2008, p.118), ainda que, a partir de 1980, estas começam a deixar de ocupar o lugar privilegiado e único no processo de ensino e aquisição da leitura e da escrita, visto que a alfabetização começou a ampliar suas questões a partir de estudos relacionados à psicologia, à lingüística, à psicolingüística, à sociolingüística baseados nos estudos piagetianos e formalizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky.

Perez (2008) pontua ainda que, nas últimas décadas, observamos ampla discussão sobre a utilização dos livros bem como os métodos ainda mecânicos na alfabetização, promovendo uma reflexão rigorosa entre os alfabetizadores, favorecendo a diminuição da utilização dos livros no primeiro ano de escolaridade, pois a partir do momento em que se compreendem as diversas formas de aprendizado, o livro deixa de ser o único material didático a ser manuseado pelo aluno, promovendo, assim, a facilitação do que se refere a leitura e a escrita através da variedade de material com diferentes gêneros textuais.

Mesmo diante de reflexões e também recusa de educadores quanto à utilização do livro didático como instrumento de aquisição da leitura e da escrita, este ainda aparece muito impregnado nas práticas docentes o que, de certa forma, incentiva produção das cartilhas chamadas construtivistas, “*concepção moderna da Educação pode ser compreendida como uma reunião das várias tendências atuais do pensamento educacional*” (BECKER,1992), estas cartilhas são, na verdade, um misto da tradição pedagógica com uma nova proposta metodológica, promovendo a interação da criança através de estímulos de produções de textos bem como a facilitação do acesso aos diferentes gêneros textuais significativos.

A partir deste breve histórico é possível observar que a utilização do livro didático no Brasil ganhou força ao longo dos anos, e, com o passar do tempo, ocupou um lugar privilegiado nas salas de aula, não apenas no ensino das primeiras letras, mas em todos os segmentos de

educação, despertando o olhar para a necessidade de uma organização política deste que passava a ser objeto de investimento na educação das classes populares.

Este reconhecimento veio apenas a partir de 1929 e apresenta uma trajetória significativa que prevalece até os dias atuais, garantindo a presença dos livros nas escolas públicas brasileiras.

## Capítulo 2: Trajetória Política do livro didático

Atualmente a política instaurada em relação ao Livro Didático é bastante estruturada e com objetivos bem definidos, mas que vem apresentando mudanças constantes desde a sua origem inicial, visando sempre sua melhoria.

Inicialmente, em 1929 foi criado um órgão específico para a criação de leis que regrassem as políticas do livro didático, já que este começava a chegar às escolas brasileiras, juntamente com os dicionários, obras literárias, objetivando, assim, a valorização do livro didático nacional, bem como a ampliação das publicações. (FREITAS e RODRIGUES, 2007)

Nascia, então, o Instituto Nacional do Livro Didático (INL), apenas iniciado, mas com objetivos ainda não muito definidos as primeiras modificações ocorreram apenas em 1934, recebendo, assim, as primeiras atribuições, dentre elas a ampliação das bibliotecas públicas. (ibid.)

Novas mudanças vieram após quatro anos, em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelecia a primeira política de legislação e controle no que se referia à produção, conteúdo e circulação, transparecendo, na verdade, uma função das informações encontradas nos livros e como estas se apresentavam, uma vez que seria de grande circulação.

Diante de discussões e questionamentos sobre a atuação da, então, Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), foi dissolvida em 1945 sendo tais legislações consolidadas pelo Estado, passando a ser de responsabilidade do/a professor/a a escolha do livro que seria utilizado pelo aluno.

Como os assuntos relacionados à educação caminhavam em passos lentos, somente em 1966 (vinte e um anos depois), foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), a partir de acordo entre o Ministério da Educação e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, o MEC-USAID. A Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) era responsável pela produção, edição e distribuição do Livro Didático, garantindo ao Ministério da Educação (MEC) as condições necessárias para a distribuição gratuita do Livro Didático por três anos, atribuindo ao programa um caráter de continuidade.

Já em 1971, a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) foi suprimida e juntamente com ela o convênio entre o Ministério da Educação e a Agência Norte Americana

para o Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID). Assim, o Instituto Nacional do Livro Didático (INL) passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental, assumindo a função de administração e gerência financeira, anteriormente atribuída à Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), enquanto o Ministério da Educação (MEC) apenas executava o programa. Desse modo criou-se um sistema de contribuição financeira para o Fundo Didático que contava com o apoio das Unidades Federativas.

Porém em 1976, com o fim do Instituto Nacional do Livro Didático (INL), a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) passou a se responsabilizar pela execução do Programa e um decreto, que entrou em vigor em 02/04/1976, possibilitou ao governo o direito de comprar livros com a provisão do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), juntamente com as contribuições dos Estados. Esta medida não apresentava recursos suficientes para atender a todas as escolas/alunos do Ensino Fundamental, ocasionando assim a exclusão de grande parte das escolas do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF).

A Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) veio a extinguir-se em 1983 com a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Dentre as inovações apresentadas pelo novo órgão, estava a participação dos/as professores/as na escolha dos livros didáticos, muito embora alguns Estados já apresentassem esta prática, além da ampliação do Programa com a inclusão das demais séries do Ensino Fundamental.

Em 1985 o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) é substituído pelo atual Programa Nacional de Distribuição do Livro Didático (PNLD) com modificações significativas e que permanecem até os dias atuais, a saber:

- 1** - Garantia da escolha pelo professor;
- 2** - Reutilização do Livro Didático;
- 3** - Aperfeiçoamento de produção, visando a maior durabilidade do livro;
- 4** - Extensão do atendimento aos alunos de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental
- 5** - Criação do Banco de Livros
- 6** - Participação de todas as escolas públicas e comunitárias;
- 7** - Fim das contribuições dos Estados;
- 8** - Garantia da gratuidade da distribuição a todas as escolas com os recursos do Governo Federal.



Em 1996 foi iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros e que permanece até hoje. Este processo avalia nos livros a presença de erros, desatualizações, discriminações ou preconceitos, excluindo-os dos chamados Guia de Livros, que são uma espécie de catálogo onde estão nomeados os livros que podem ser escolhidos pelos professores.

Em 1997 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) é extinta passando a ser de total responsabilidade de execução do Programa Nacional de Distribuição do Livro Didático (PNLD) o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A distribuição de dicionários para uso dos alunos de 1ª à 4ª séries passou a fazer parte do Programa em 2000 e a partir de 2001 o Programa começa a ser ampliado aos portadores de deficiência visual, com a distribuição de livros em braile.

É possível observar uma preocupação não apenas com o livro didático reconhecido como material direto do aluno, mas a possibilidade de acesso ao dicionário tendo como participante de seu material de uso pessoal disponível em sala.

O que considero mais interessante em toda esta trajetória apresentada é que, de acordo com a história, a China é o único país com um programa mais abrangente do que a do Brasil, mas o que diferencia ambos é que o Brasil é o único onde os livros são escolhidos pelos professores. Isso mostra que, apesar de não parecer, a política brasileira, ainda que vagamente, valoriza a participação do professor dando-lhes possibilidades de escolha. Porém é muito comum o desconhecimento de alguns profissionais sobre o que é o Programa Nacional de Distribuição do Livro Didático (PNLD) e sua atuação na educação brasileira.

Estive conversando com alguns professores e suas respostas eram parecidas com: “Já ouvi falar.” ou “Não sei exatamente do que se trata, mas já ouvi!” ou “ainda” “Sei que existe, mas não sei como funciona.” Expressam assim um desinteresse sobre o assunto, uma vez que este não influencia e/ou participa diretamente de seu trabalho em sala de aula.

Isso indica que, os professores, de um modo geral, estão mais preocupados com um resultado ou influência direta em seu trabalho com os alunos em sala de aula, desconsiderando, muitas vezes, que a educação é um processo, e, como todo processo, existem fatores que participam direta e indiretamente para a ação de ensinar. Muitas vezes olhar os aspectos externos à educação contribui para melhor desenvolvimento do ensino, não apenas na alfabetização, mas em todo o segmento educativo.

Com um olhar muito focado em seu trabalho relacionado diretamente à educação, o professor, muitas vezes, não abre espaço para olhar o aluno, não os observando como principais participantes deste processo, talvez por conta das pressões vividas diariamente, a partir de exigências burocráticas que impossibilitam um professor mais sensível a este olhar.

Apesar de ser uma política nacional, o objetivo final do livro é (ou deveria ser!) o aluno, que é citado apenas como dado estatístico diante da política instaurada; mas onde está o aluno?

Pensando nisso, apresento, no próximo capítulo, dois relatos significativos no qual o livro foi fundamental no processo de alfabetização, bem como falas comuns entre professores que atuam ou que já atuaram no primeiro ano de escolaridade, trazendo reflexões significativas à prática docente

### **CAPÍTULO 3: Relatos de experiências discentes e docentes**

As pesquisas desenvolvidas no que se refere ao livro didático sugerem um olhar bastante diferenciado do que se pretende no presente trabalho. É possível perceber que grande parte dos estudos desenvolvidos frente a este material está focado unicamente no conteúdo e na forma de apresentação deste impresso para consumo, ou seja, observam-se os assuntos abordados, de que forma são tratados, se há alguma divergência ou erro. Todos estes aspectos, dentre outros, estão direcionados ao conteúdo e não perdem o aspecto mercadológico do livro didático.

O que pretendo neste capítulo é tratar o livro didático sob uma perspectiva de experiência, resgatando a riqueza da narrativa, algo que, segundo Benjamim, vem se perdendo “como consequência do esvaziamento da experiência do homem moderno”, ou seja, a arte de narrar vem pouco a pouco perdendo o seu lugar num mundo onde a valorização da aquisição do conhecimento e da informação se confunde com o que é de fato a experiência, quando esta é, na verdade, uma “ação refletida, rememorada e compartilhada, que permanece para além do vivido” (BENJAMIM, 1994).

Assim, ao buscar perceber a relação do sujeito com o livro didático, seja este aluno/a ou professor/a, é importante considerar que, embora existam as experiências coletivas, elas são também individuais e intransferíveis, ou seja, ninguém pode ver sob o olhar do outro, considerando que os olhares são diferenciados.

Neste sentido, proponho narrativas docentes e discentes, considerando como foco o primeiro ano de escolaridade, objeto central da pesquisa.

Busco resgatar um pouco da memória dos discentes para uma época, ainda que remota, mas que tenha deixado alguma marca positiva ou negativa. Quanto aos docentes o que proponho são, na verdade, pequenas falas que podem ou não contrapor às narrativas apresentadas pelos alunos. Tem a ver direta ou indiretamente com suas práticas mesmo que apresentadas através de opiniões.

No que se refere à escolha do ano de escolaridade, relaciona-se com a experiência que venho realizando, ao longo dos últimos cinco anos, especialmente em classes populares do município de Niterói. Considero extremamente importante este que, muitas vezes ou quase sempre, é o primeiro contato da criança com a realidade escolar e mesmo que com grande euforia

e desejo por conquistar e fazer parte do espaço apresenta uma série de comprometimentos internos e externos que interferem nessa apropriação.

Dentre tantos aspectos que fazem parte deste processo inicial relacionado à leitura e à escrita, o que me causa estranha inquietação e curiosidade tem a ver com o material didático desenvolvido para atender ao referido ano de escolaridade, neste caso, o livro didático.

### **3.1 – Sobre a metodologia**

Inicialmente propus realizar entrevistas com professores/as atuantes na alfabetização, preferencialmente, em escola pública atentando para sua prática frente ao livro didático. Meu objetivo era observar ou simplesmente apresentar como os professores utilizam ou já utilizaram o livro durante as aulas, observando a frequência e o objetivo do uso ou não uso do livro. Seria um olhar apenas informativo.

Durante o processo de pesquisa, estive bastante atenta às falas que surgiam relacionadas ao livro didático em diferentes momentos: cursos, formações continuadas, reuniões pedagógicas e conversas informais com colegas da área ou não.

Foi, então, que percebi que as entrevistas não seriam suficientes e que olhar apenas as práticas de professores em sala de aula seria muito restrito, já que a riqueza do trabalho estaria em potencializar as falas em forma de fragmentos a serem analisados, valorizando-as como experiências não apenas como meras práticas docentes.

Experiências estas compreendidas a partir do conceito apresentado por Larrosa ao pontuar que esta é “o que nos acontece, o que nos toca” (2002, p.21). Considerando ainda a afirmativa do referido autor de que “a cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo nada nos acontece” (2002, p.21), muitas vezes, tomamos os conhecimentos adquiridos como experiência e ao propor análise de fragmentos de falas, estou, na verdade, buscando uma tentativa de observação do que trouxe alguma mudança na vivência dos atuantes desta realidade: escola-livro.

É importante considerar que os fragmentos aqui mencionados não surgiram aleatoriamente, mas como já pontuado, são falas que aparecem em contextos significativos como: reuniões pedagógicas, formações continuadas, palestras, ou ainda conversas com os diferentes profissionais da educação, não apenas professores/as.

No que se refere ao olhar sob o aluno, a idéia surgiu a partir de uma reflexão individual que me levou a uma conclusão aparentemente óbvia, mas que realmente ainda não tinha parado para pensar: o livro não foi feito para o/a professor/a, mas para o/a aluno/a, o/a professor/a é (ou deveria ser) o mediador, já que fora criado/inventado para o uso do aluno. Isso a partir do momento em que se começou a pensar no livro para o aluno e não como manual para o professor, como citado no primeiro capítulo.

Então, observei a possibilidade de perceber o olhar daquele que utiliza o livro - o aluno, não apenas de quem o “aplica” - o professor, solicitando a algumas pessoas que registrassem um pouco sobre a alfabetização por eles vivenciada, observando também o lugar do livro durante esta trajetória escolar inicial.

Partindo da idéia de usar narrativas de vida apresentadas pelos alunos, penso que seja necessário pontuar conceitos que se aproximam, mas que também se diferenciam em seus aspectos metodológicos. Assim, consideremos o que Bertaux pontua ao diferenciar autobiografia de narrativa:

sendo a primeira um trabalho do sujeito feito a partir de uma narrativa escrita e auto reflexiva, priorizando um olhar sobre a globalidade da vida, e a segunda um relato que assume a forma oral e é fundada no diálogo entre o investigador e o sujeito, focalizando as experiências por meio de um ‘filtro’ (BERTAUX, 1997, p.34).

A autobiografia apresenta uma versão geral do indivíduo, o todo; enquanto a narrativa, propõe uma parte desse todo, ou seja, um objetivo específico extraído do global. No caso deste trabalho, consideramos como objetivo específico a atuação do livro didático no processo de ensino/aprendizagem na alfabetização.

Tais narrativas foram escolhidas a partir de alguns critérios previamente estabelecidos.

Em primeiro lugar, teriam que ser pessoas disponíveis, interessadas e que gostassem de escrever sobre o assunto de forma espontânea, e, em segundo, teriam que ter cursado a alfabetização em escola pública. Observei também a possibilidade de escolher faixas etárias diferentes com o objetivo de perceber diferentes olhares, em diferentes épocas. Mas, infelizmente, não foi algo totalmente possível.

Conseguir convidar alguém que tenha se alfabetizado na década de 60/70, por exemplo, foi algo muito difícil. Geralmente me descreviam em rápidas palavras, demonstrando que não seria necessária a escrita.

Busquei também que crianças de nove a doze anos escrevessem, mas, nenhuma delas conseguiu escrever algo e isso me surpreendeu de certo modo, pois parecia ser muito simples para elas, entretanto, no final, com muito custo, percebi que não era bem assim!

Mas não pense que desisti! Continuei com a esperança (frustrada!) de ainda colher tais produções e no final da pesquisa consegui escolher duas narrativas muito interessantes que contribuíram para uma reflexão.

No momento certo contarei como elas surgiram.

### **3.2. Experiências discentes.**

#### **RELATO 1**

Esse foi o primeiro relato que solicitei.

Assim que me surgiu esta estratégia, lembrei-me logo dessa menina! Sempre observei sua desenvoltura e percebi o quanto lhe parecia fácil escrever! Suas idéias pareciam-me bem organizadas e objetivas. Percebi isso, especialmente, em sua formatura, no texto produzido por ela mesmo, na qual fora apresentadora.

A grande questão era saber se falar sobre a alfabetização produziria este mesmo efeito.

Mais difícil ainda foi enfrentar a barreira de chegar a alguém e fazer uma solicitação tão simples. Tinha medo da resposta, não da resposta em si, pois, na verdade, só tinha duas opções: sim ou não! A questão era recebê-las! Esse era meu maior desafio e tinha que enfrentá-lo!

Se eu soubesse que era simples assim... Criei uma muralha intransponível que eu mesma poderia derrubá-la com um simples sopro!

Ao falar sobre o trabalho que estava desenvolvendo e apresentar-lhe a proposta, Talita mostrou-se muito animada e interessada. Tinha tocado em algo que fora para ela intensamente vivido e que lhe acarretara boas lembranças. Sua resposta não demorou muito e já, na semana seguinte, me enviou o seguinte texto:

### Minha alfabetização

*Lembro-me com carinho do ano de minha alfabetização. Ainda guardo na lembrança a tia Nielma, a minha sala arrumada em cadeiras duplas até em dia de provas, as primeiras provas...se não soubéssemos a resposta correta para a questão não fazia tanto mal... a tia sempre ajudava, meus coleguinhas de turma...brincadeiras gostosas e sabedoria inocente, infantil; uma vez, na hora do esperado lanche, certa amiga, Michele, disse algo que lembro-me até hoje:-Não coma em pé se não a comida vai para o pé! Rsr...*

*Ainda posso recordar dos meus livros e cadernos encapados com plástico transparente com números e letras coloridos...a maioria deles estão seguros, guardados para que meus filhos, quem sabe netos, os vejam!*

*Aprendi cada matéria de forma lúdica, na melhor linguagem: a linguagem da criança. Nos meus livros a apresentação do conteúdo era feita por um Palhacinho que já não me recordo o nome e por sua neta, ou sobrinha a bailarina docinho.*

*Muitos foram os ditados e todos foram recompensados com um desenho logo abaixo para que eu pudesse pintar.*

*Ainda tinha um livro de pintura, esse livro contava um pouco de uma cidade e cada página tinha um desenho enorme, posto de gasolina, lanchonete, supermercado, sapataria, sorveteria...até que na última página tinha a casa do menino que apresentava a cidade. Lembro que só podíamos pintar o que a tia deixava e esse era um momento muito alegre, compartilhávamos lápis de cor e sugestões para que todos os desenhos ficassem bonitos.*

*Eu tinha um caderno grande de pesquisas...como eu gostava quando esse caderno ia para casa, era um trabalho em conjunto, eu e minha mãe procurávamos com cuidado figuras para que toda a página fosse preenchida.*

*Minha cartilha, As Crianças em Novos Tempos de Luíza M. Sá Bento, linda, decorada com histórias mágicas e a cada dia a professora ia desvendando o mistério do saber.*

*Minha formatura foi um sucesso, me vesti de ajudante de mágico para uma apresentação, uma vez que toda a sala participou de apresentações circense já que nossos livros remetiam ao circo. Ganhei o livro de Alice no País das Maravilhas e dias depois minha mãe o leu para mim.*

*Todavia tenho certeza que foi mágico cada momento que vivi naquele ano de 1993, as letras nunca mais foram esquecidas, a escrita melhorou e a letra se modificou com o tempo porém a leitura se transformou em algo não só importante mas também imprescindível para minha vida.*

Talita<sup>1</sup>, 23anos (Formada em Letras Port/Lit pela UVA-2008)

Ao ler este texto tive minha primeira surpresa, pois esperava que ao relatar sobre sua alfabetização, Talita falaria sobre o livro que utilizara de outra forma, algo parecido com a frequência do uso do livro, das atividades chatas e repetitivas que ele apresentava ou ainda de como a professora fazia para utilizá-lo com os alunos e suas exigências. Mas não! Foi surpreendente a forma como este foi apresentado, parecendo-me muito agradável e, principalmente, seu significado afetivo e não apenas como instrumento de aprendizagem.

Antes mesmo de citar o livro didático, Talita expressa sua relação com os colegas e a professora de classe com um tom bastante agradável e que participara positivamente para sua vivência em sala de aula, independente do material didático ou metodologia utilizada para o ensino da leitura e da escrita, ela demonstra, em poucas palavras, como era prazeroso estar na escola junto com os amigos e a professora logo no início de sua trajetória escolar.

---

<sup>1</sup> Nome atribuído no contexto da investigação.

Neste relato a narradora revela o carinho que tem pela cartilha ao citar seu nome, suas principais características bem como alguns de seus personagens, revelando, ainda, o seu cuidado ao guardá-la para mostrar as futuras gerações não apenas como um simples livro mas como algo que marcou sua vida, o que atualmente não é muito comum. O livro tem assumido um lugar banal e corriqueiro na vida dos alunos, pois, muitas vezes, ao receberem nem sempre conseguem chegar até o final do ano! Falta capricho, falta cuidado, não há uma relação de significado entre a criança e o livro que ela mesma utiliza.

Com um olhar docente, dificilmente pensaria no livro sob esta perspectiva, observando-o apenas sob um olhar pedagógico, focado nas estratégias estabelecidas, nas atividades apresentadas, nos conteúdos e tantas outras coisas não menos importantes, mas desconsiderando em todos os aspectos, o lugar do aluno frente ao material produzido para ele.

Vale pontuar que este texto apresenta muitas riquezas sobre as experiências que Talita tivera durante o período de alfabetização, mas como o foco está direcionado ao livro e seu uso, tenhamos as demais informações não como menos importantes, mas que no momento não fazem parte do objeto de estudo proposto.

## **RELATO 2**

Ao fazer esta escolha para me relatar sobre sua alfabetização surgiu por saber de seu trabalho com marketing e comunicação, sabia que lidava com editoras e já havia percebido sua habilidade em escrever.

Ao apresentar-lhe a proposta pareceu-me compreensiva e disposta em contribuir. Devo pontuar que, dessa vez, fui bastante específica ao solicitar a importância de uma citação bem clara sobre o livro didático ou a cartilha em seu relato.

Dentro de algumas semanas recebi um texto muito interessante que começava assim:



*“Vovô viu a uva”. Passados mais de 30 anos em que li esta frase pela primeira vez, ela ainda ecoa em minha mente trazendo a lembrança de felizes momentos. Fazia parte do meu primeiro livro didático, onde aprendi o alfabeto e a juntar as letras formando sílabas que, mais tarde, dariam origem a palavras, frases, parágrafos, histórias, notícias... hoje tão presentes no meu universo profissional.*

*Recordo-me bem do livro – que guardo comigo até hoje, em alguma das caixas de “coisas especiais” guardadas no meu escritório. Embora não saiba seu endereço exato, ali ele repousa em boa companhia, entre livros antigos e modernos, apostilas e dicionários, a espera de um dia em que eu tenha tempo para remexer no passado e suspirar com recordações da minha infância.*

*O livro marcou minha vida. Tanto que posso recordar algumas páginas com nitidez, como se tudo tivesse acontecido ontem: o “a” de Ana (que me encheu de alegria por descobrir que assim se escrevia o meu nome) até o “u” de uva grafavam as primeiras páginas. Interessante é que eu me recordo do enorme cacho de uvas que eu pude pintar, de verde e roxo, e dos exercícios onde eu precisava fazer ondinhas para formar os cachos da fruta. Aquelas ondinhas eram várias letras “u” que, com a orientação do caderno de pauta dupla, tomavam uma forma mais elegante do que os meus primeiros garranchos.*

*Ah... o caderno de pauta dupla, que saudade! Não consigo entender porque a moderna pedagogia descartou uma ferramenta tão eficaz, que contribuiu para dar adeus aos garranchos e moldar uma grafia mais bonita, que recebe elogios até hoje, mesmo em meio à correria da vida que nos obriga, muitas vezes, a abreviar palavras ou “rabiscar” ícones que, de alguma forma, façam sentido. Bom, mas isso é outra história...*

*Voltemos ao livro didático, onde eu falava dos exercícios. Os que eu mais gostava eram os exercícios de ligar os pontos, ou melhor, as imagens ao seu significado. Ali eu tinha dois desafios: ligar a figura à palavra correta e, neste trajeto, desenhar uma linha que mais se aproximasse com uma reta. Acho que régua não era um instrumento que fazia parte do nosso material didático ainda. Então, eu tentava fazer o mais reto possível, apagando quantas vezes fossem necessárias até me dar por satisfeita. Talvez essa preocupação e esmero tenham contribuído para que hoje eu tenha uma facilidade grande para escrever em qualquer superfície de uma forma bem linear, mesmo não havendo pauta.*

*Pintar também era prazeroso. Mas eu não conseguia entender por que alguns dos meus coleguinhas não conseguiam pintar somente dentro da figura. Todos os desenhos do livro tinham uma linha preta. Aquela linha, que hoje eu chamo de limite, indicava que a figura acabou. Então não era preciso pintar além daquela linha. “Mas por que eles não entendiam isso?” “E porque o vovô tem que ter cara azul? Gente grande não é azul!” – eu me questionava diante dos trabalhos dos meus colegas. Hoje me dou conta que o livro didático não apenas me ajudou a aprender a ler e escrever, mas foi além. Ele contribuiu para minha personalidade questionadora (que mais tarde se revelou na jornalista que sou) e para minha percepção das cores, das formas, dos limites. Ajudou-me a perceber que o sol é amarelo, que o céu é azul, que a grama é verde... Que a roda é redonda, e a janela da casa, quadrada. E que tudo que tinha limite precisava ser respeitado. É por isso que eu respeito muito esse livro que, apesar do seu limite físico, me deu asas para ultrapassar as barreiras do saber.*

Ana, 40 anos, jornalista, relações públicas (FACHA), pós-graduada em Marketing (FGV), mestranda em Qualidade (UFF).

Novamente o relato apresenta uma característica afetiva do significado da cartilha! Considero impossível ignorar esta observação, pois, por mais que pareça comum, passara despercebido durante a pesquisa e ao ler os relatos e ver isso tão nitidamente percebo, então, o quanto me apresentei distante dos alunos preocupada apenas com um material palpável, o produto em si.

No relato acima, Ana revela seu apreço pelas atividades apresentadas no livro não descrevendo-os como cansativos ou desinteressantes, mas como algo que influenciara até mesmo em sua formação posterior, apresentando-o como objeto estimulador a formação atual: jornalista!

Acho interessante como descreve as atividades apresentadas no livro e como lhe parecia prazeroso realizá-las. Aliás, em ambos os relatos, a descrição de atividades compreendidas como tradicionais, apresentam um espaço significativo, longe do que, muitas vezes, compreendemos como negativo diante da prática docente. Ou seja, Talita e Ana tiveram em sua formação alfabetizadora a participação de práticas tradicionais hoje tão questionadas entre professores alfabetizadores.

Porém, percebe-se que, apesar do questionado tradicional, as práticas lúdicas também se mostram num lugar privilegiado nos dois relatos acima, o que nos leva a pensar que o tradicional nem sempre tem seu lugar de recusa, mas pode receber significado a partir da experiência do sujeito.

Outro ponto a observar, nos dois relatos discentes, é o cuidado com a guarda e manutenção dos materiais escolares e do livro especificamente. Esse cuidado não é comum, pois o que normalmente vemos é a cultura de descartar todo material no final do ano letivo. Esse movimento indica que, para as duas ex-alunas participantes da pesquisa, o material escolar tem importância como registro da memória das experiências vividas na alfabetização.

É muito comum que o professor nem sempre perceba a importância deste momento para os alunos, pois, na maioria das vezes, mostram-se preocupados com a prática em sala de aula, mais especialmente no que se refere aos conteúdos e métodos relacionados à sua atuação em sala, passando despercebido a afetividade e a importância dos relacionamentos neste momento da vida escolar e que é muito marcante para o aluno. Isso é claramente percebido nas reuniões pedagógicas, nas formações continuadas ou outras atividades que envolvam a participação do professor, tal como passo a analisar no tópico a seguir.

### **3.1. Experiências docentes.**

Confesso que no decorrer da pesquisa e, especialmente, ao me deparar com os relatos, fiz várias tentativas para não apresentar os questionamentos do/a professor/a diante do livro didático. Algo que, inicialmente, parecia tão decisivo e claro. Decisivo à medida que inicialmente

considerava apenas os/as professores/as, colocando-os/as como principais e, até certo ponto, únicos diante da utilização do livro didático e me deparar com relatos que desmascaravam este pensamento foi surpreendente.

Porém, minha problemática, indiscutivelmente, envolve o professor/a, afinal como foi pontuado inicialmente, esta pesquisa nasceu a partir de uma experiência docente e continua sendo alvo de reflexão, pensar e repensar deste diante do material didático em questão.

Como professora, durante o desenvolvimento da pesquisa, em vários momentos, participei de reuniões pedagógicas, formações continuadas e mesmo do processo de escolha de livros e, por diversas vezes, estive diante de falas relacionadas ao livro e algumas delas me chamaram a atenção. Confesso que muitas delas passaram despercebidas e, por alguns momentos, não puderam ser registradas, mas pude tirar proveito de algumas e passo a descrevê-las a seguir.

Como já foi pontuado anteriormente, a idéia inicial de estratégia metodológica estava firmada na realização de entrevistas com professores/as atuantes no primeiro ano de escolaridade. Porém durante a realização das mesmas, percebi que, talvez, fossem muito superficiais ao trabalho, mas não as descartei por completo, pois existem pontos interessantes a serem refletidos.

Uma das professoras entrevistadas, atua na educação há quase trinta anos, teve sua formação em curso normal e só agora mais recentemente concluiu sua graduação em artes. Uma senhora de quase sessenta anos de idade, mas que atua no magistério com muito afinco e responsabilidade. Esteve afastada de sala de aula por um período curto de tempo (não sei exatamente), mas tem sua paixão por turmas de alfabetização, onde sempre esteve atuante e, ao retornar para sala de aula, em dois mil e nove, fez questão de externar seu interesse único em estar em turmas de primeiro ano. Achei que seria interessante conversar com ela.

Logo que lhe apresentei a temática do trabalho (livro didático), expressou-me de forma bem sincera o quanto a aborrecia este material, mas que estava inserido na escola e especialmente nas salas de aulas. Utilizava-o conforme lhe fosse possível e isso muito esporadicamente, não quis relatar com detalhes a sua indignação, mas deixou claro em sua fala que a utilização deste nas aulas é meramente uma questão de política governamental, pois, na verdade, não atendem à realidade dos alunos.

O livro, no caso desta professora, não participa ativamente de seus planejamentos de aula, pois utiliza-o, apenas, como reforço dos conteúdos apresentados e por uma questão de compromisso social, uma vez que os pais desta comunidade cobram a utilização do livro por

considerarem indispensável à formação de seus filhos, porém estes, muitas vezes não compreendem as atividades apresentadas no mesmo.

Esta atitude de utilizar o livro apenas como reforço e, especialmente, como atividade para casa, é bastante comum entre alguns professores que se vêem na cobrança de utilizar o livro como fonte de aprendizado para os alunos, contudo as propostas apresentadas surpreendem os responsáveis, pois, como fora pontuado no parágrafo anterior, os próprios responsáveis dos alunos, muitas vezes, não compreendem o que está sendo apresentado nos livros e enviam as atividades solicitadas não realizadas, afinal os alunos que estão no início do processo de leitura e de escrita, na maioria das vezes, ou quase sempre, não apresentam autonomia na compreensão do que lê bem como na utilização do livro.

Outra professora que tive a oportunidade de conversar, também atua no magistério desde a sua formação no curso normal, é graduada em Pedagogia e por já ter quase vinte e cinco anos de atuação, já passou por todos os anos de escolaridade. Ao relatar-me sua experiência com turmas de alfabetização contou-me sobre a oportunidade de não trabalhar com o livro pronto para o aluno, mas de construí-lo ao longo do período letivo, com atividades que ela selecionava de acordo com os conteúdos apresentados. Fora uma experiência marcante e diferenciada, pois os alunos construíram seus próprios livros o que, de certo modo, traz uma valorização de algo construído por eles mesmos, daí traz um significado diferente e talvez até mais valorizado.

Considero a prática de construção do livro pelos próprios alunos de grande valia, pois algo feito por eles mesmos é tido com outro olhar pelos próprios alunos, afinal fora um trabalho que não viera pronto para apenas fazê-lo, mas que eles mesmos fizeram e que podiam desfrutar do resultado ao final de um período.

Considerando que estas conversas não foram os únicos meios para a apresentação das experiências docentes, durante alguns momentos estive muito atenta às falas, mesmo que espontâneas de alguns professores sobre essa que é problemática da presente monografia.

Gosto muito de participar de cursos bem como de formação continuada voltada para o processo de alfabetização, pois muitos destes proporcionam compartilhar experiências significativas para nossas práticas docentes. Assim, num desses cursos oferecidos aos professores da rede pública de Niterói, pude compartilhar e conhecer muitas experiências que levaram-me a refletir sobre minha trajetória e meu envolvimento em sala de aula, e, uma das discussões apresentadas, diretamente ligada ao uso do livro didático, uma das participantes expressou que,

na verdade, a grande preocupação do professor diante deste material está em cumprir, ou dar conta dos conteúdos por ele apresentados e que, na verdade, existe uma preocupação em consumi-lo num período limitado de tempo e, muitas vezes, desrespeitando o ritmo de desenvolvimento e interesse do aluno/a ou da turma de um modo geral.

Essa realidade me levou a pensar que isso pode influenciar na relação do aluno com o livro, dificultando e destruindo a possibilidade de descoberta de outros mundos mesmo dentro do próprio livro, tornando-o como instrumento de trabalho do professor.

Neste sentido, enquanto conversava com uma colega de trabalho, ela expressou uma opinião muito pertinente e que passa despercebido, não apenas entre os profissionais da educação (professores, pedagogos...), mas também pelos fabricantes. Esquecemos de pensar no livro, como material do aluno, como sendo instrumento facilitador para o próprio, algo que precisa favorecer a construção da autonomia para sua utilização, quando, na verdade, o que acontece é que, na maioria ou em quase todos os casos, especialmente nos livros de alfabetização, é necessária a intervenção constante do professor para que o aluno compreenda e, então, realize as atividades propostas.

Talvez essa dificuldade seja também uma característica que leve muitos professores a utilizarem o livro esporadicamente, ou ainda há aqueles que evitam utilizá-lo em sala de aula, propondo-o como atividades a serem realizadas em casa, objetivando a revisão do/s assunto/s já apresentados em sala através de outros materiais. Com esse caminho, o professor anula a sua participação e auxílio ao aluno, transferindo essa missão para o/a aluno/a sozinho/a ou para que estiver disponível para ajudá-lo.

Os relatos docentes são os mais variados, não há uma posição única e fechada entre os professores de primeiro ano de escolaridade que defenda a eficácia ou não do livro na sala de aula. Existem posicionamentos que variam com a linha de pensamento ou a metodologia de cada professor, este ainda interferido com as realidades apresentadas, possibilitando, em alguns casos, a escolha de melhor caminho a ser percorrido, seja ele com o livro ou não.

O que não podemos é ficar engessados dentro de um padrão que impossibilita a liberdade do/a professor/a, considerando um sistema ou pensamento imposto pela escola, pelos pais ou mesmo pelos próprios professores, que infelizmente, muitas vezes, utilizam o livro como único norteador dos conteúdos a serem trabalhados, impossibilitando a abertura de novos olhares e conhecimentos para os alunos.

## Considerações Finais

Percorrer um caminho é sempre desafiador, seja em qualquer área ou situação da vida e esta pesquisa não foi diferente. Percorri vários caminhos, muitas mudanças, algumas incertezas, muitas dúvidas e reflexões, todas contribuíram para um repensar sobre a trajetória do livro didático em diferentes momentos da história e, especialmente, no primeiro ano de escolaridade, onde considero um momento impar e que irá interferir em toda a trajetória escolar da criança.

Mesmo sabendo que este período de aprendizagem é atravessado por tantos outros momentos, escolhi o livro didático por ser um instrumento, muitas vezes, único nos planejamentos de aula do professor, um tipo de norteador das atividades e metodologias adotadas para o ensino da leitura e da escrita, e, principalmente, por fazer parte de minha trajetória discente e docente.

Um aspecto que vale pontuar no fechamento desta pesquisa, é a importância do olhar discente sobre o período de alfabetização, especialmente, no que se refere ao uso da cartilha. Atualmente é comum entre os professores terem uma visão negativa deste recurso por apresentarem atividades ditas como tradicionais bem como, “desconectadas” da realidade dos educandos. No entanto, a partir dos relatos apresentados, percebe-se a valorização deste recurso pelas alunas através de suas falas com teor positivo que marcaram sua trajetória escolar, trazendo uma memória significativa até os dias atuais.

Em nenhum momento deste trabalho pretendi trazer uma conclusão pronta e completa, julgando qual seria o lugar do livro na alfabetização, mas proporcionar possibilidades deste, bem como a valorização do olhar docente sob o livro e qual a influência deste em sua trajetória escolar.

Acredito ter aberto novos olhares sobre a alfabetização especialmente sobre o livro neste ano de escolaridade, mas, especialmente, no meu caso desencadeou o interesse em me aprofundar neste assunto em estudos posteriores a fim de pesquisar melhor outros aspectos que envolvem o processo de alfabetização, bem como a influência da utilização do livro e das metodologias utilizadas neste processo de aquisição da leitura e da escrita.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Juvêncio. **Cartilhas: texto de ninguém – Alfabetização e Leitura**. Ed Cortez, 2006.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? **Revista de Educação, AEC**, Brasília, v. 21, n.83, p. 7-15, abr./jun. 1992.

BONDÌA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº19 p. 20 – 28, 2002.

BRAGANÇA, I. F. S., MAURÍCIO, Lucia Velloso. Histórias de Vida e Práticas de Formação In: **(Auto)Biografia: Formação, Territórios e Saberes**. Natal e São Paulo : EDUFRN e PAULUS, 2008.

BRASIL. **Programa Nacional de Livros Didáticos**. Disponível em < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa\\_Nacional\\_de\\_Livros\\_Did%C3%A1ticos#O\\_programa\\_e\\_m\\_n.C3.BAmeros](http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Nacional_de_Livros_Did%C3%A1ticos#O_programa_e_m_n.C3.BAmeros)> acesso em 20/01/2010.

BRITO, Andréa Ferreira; ALBUQUERQUE, Eliana Borges; CABRAL, Ana Catarina, TAVARES, Ana Cláudia. **Livros de alfabetização: como as mudanças aparecem?** GT: Alfabetização, Leitura e Escrita / n.10, CNPq. Disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT10>>. Acesso em 02/07/2009 .

CAPORALINE, Maria Bernadete Santa Cecília. **Na dinâmica interna da sala de aula: O livro didático**. A transmissão do conhecimento na dinâmica de Aula Noturna. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PUC, 1986.

FOOTE-WHYTE, William (1975). "Treinando a observação participante", in A. Zaluar (org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, p. 77 -86

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo**. Disponível em <[http://www.ceart.udesc.br/revista\\_dapesquisa/volume3/numero1](http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1)> agosto/2007- julho /2008. Acesso em 02/07/2009.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. A constituição das interações em sala de aula e o uso do livro didático: análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo. **Revista Brasileira de Educação**, nº 25, p.18 – 29, 2004.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Alfabetização, Memória e História: cartilhas - um passado ainda presente. In BRAGANÇA, I. F. S., ARAÚJO, M. S., ALVARENGA, Márcia Soares de, MAURÍCIO, Lucia Velloso. **Vozes da educação: Memórias, Histórias e Formação de professores**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2008.

SANTOS, Bruna de Cássia Pereira dos; MICHELOTTI, Daiane Ventorini Pohlmann; SILVEIRA, Lidiane Raymundo; VARGAS, Renata Soares; MARTINI, Vanessa Vlagrand. **A importância do livro didático: eficiência e /ou ineficiência deste instrumento no processo de ensino-aprendizagem.** Disponível em: <http://importanciadolivrodidatico.blogspot.com/2008/01/importncia-do-livro-didtico-eficincia.html> Acesso em 25/01/2010

SANTOS, Luana Grazielle dos. **O método da silabação em cartilha da infância, de Thomaz Galhardo.** Universidade Estadual Paulista-Faculdade de Ciências e Filosofia. Disponível em <[http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss14\\_04.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss14_04.pdf)> Acesso em 23/07/2009.

SCHEFFER, Ana Maria Moraes; Araújo, RITA, de Cássia Barros de Freitas; ARAÚJO, Viviam Carvalho de. **Cartilhas:** das cartas ao livro de alfabetização. Disponível em <[http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss20\\_04.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss20_04.pdf)> Acesso em 02/07/2009.